Boletim CR/RR
AGOSTO/2014

I. Campanha Salarial e Educacional

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP reuniu-se em 26 de julho para debater as diversas questões de funcionamento da entidade e sobre a campanha salarial. Foi a primeira reunião dos conselheiros eleitos no dia 6 de maio, empossados no dia 27 de junho.

O CER discutiu os encaminhamentos da campanha salarial à luz da decisão da assembleia estadual realizada em 30/05/2014, com indicativo de greve para a nova assembleia convocada para o dia 15 de agosto, às 14 horas, na Praça da República.

TODOS os professores e professoras devem ser convocados para a assembleia A APEOESP providenciou e está providenciando as seguintes medidas para a convocação:

- matéria paga na Rede Globo veiculada no dia 15/07.
- matéria paga que será veiculada no dia 12/08.
- mensagem fonada para os professores.
- cartazes enviados para as escolas.
- reedição do cartaz pela equiparação salarial com demais categorias com formação em nível superior.
- carta aos associados.

a) Campanha pelas reivindicações da categoria e qualidade da educação

O CER decidiu que a APEOESP realizará uma campanha de outdoors e outros meios para chamar a atenção dos candidatos a Governador e da população para as nossas reivindicações centrais no momento:

- Aplicação da meta 17 do Plano Nacional de Educação, que determina a equiparação dos salários do magistério às demais profissões de nível superior. Na rede estadual de ensino de São Paulo isto equivale a um aumento total de 75,33%. Queremos discutir com o atual governo e com os candidatos um plano para atingir este percentual.
- Reposição das nossas perdas salariais de 1998 até o momento. É necessário um percentual, hoje, de 17,9% para repor essas perdas. Estamos pressionando o governo pela ampliação do reajuste de 7% referente ao mês de julho.
- Aplicação da jornada do piso (no mínimo 33% da jornada para atividades extraclasse, rumo aos 50%).
- Nova forma de contratação, que não seja como categoria O.
- Elaboração e implantação do Plano Estadual de Educação.
- Aplicação de 10% do PIB na educação pública.
- Aplicação do Custo-Aluno-Qualidade, conforme consta no PNE.

A APEOESP irá promover debate entre os candidatos a Governador, buscando, para tanto, parceria com meios de comunicação que tem dado prioridade às questões educacionais, entre eles o Jornal Diário de S. Paulo,

Jornal Agora, Rádio Jovem Pan, Rádio CBN e outros.

b) Carreira – estamos de olho!

Como todos puderam acompanhar, a SEE elaborou duas minutas de alterações do Estatuto do Magistério (LC 444/85) sem discussão prévia com a APEOESP e demais entidades. Elas foram distribuídas na Comissão Paritária em reunião que a APEOESP solicitara adiar. A APASE distribuiu para a rede.

As minutas contêm muitos problemas e não refletem avanços da Comissão Paritária. Elas tentam consolidar ataques ao magistério. Veja em anexo, a análise da APEOESP sobre as minutas.

Para nós, a LC 444/85, que foi fruto de um processo de construção democrático e participativo, conquistado à época pela nossa categoria, não tem que ser remendada. Ela precisa, isto sim, ser aplicada na íntegra (o que nunca foi feito), ainda que necessite de ajustes.

Por outro lado, uma discussão sobre plano de carreira não pode ser feita de afogadilho, em cima de minutas pré-concebidas, no final de um governo. O debate precisa alcançar toda a rede, envolver os professores nas escolas e começar pela discussão dos grandes temas educacionais e profissionais que deve orientar a construção do plano.

APEOESP reagiu prontamente. Produziu a análise anexa e exigiu a retirada das minutas. Durante audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp), o secretário comprometeu-se a colocar em discussão a retirada das minutas na Comissão Paritária, o que fez. APEOESP manteve posição, contra a opinião das demais entidades. O Secretário retirou as minutas e suspendeu as reuniões da Comissão Paritária. Instituiu Grupo de Trabalho para propor mecanismos para o memorial e para finalizar a Resolução sobre a promoção.

No GT a APEOESP defendeu o direito de voz aos observadores nas reuniões, mas as demais entidades vetaram.

As minutas foram retiradas, mas não vamos baixar a guarda. Todos devem se lembrar do PLC 26/07, que o governo enviou de surpresa para a Alesp e poderia causar a demissão de todos os ACTs na época. Somente uma grande mobilização, conduzida pela APEOESP, o fez retirar a proposta. Se não ficarmos atentos, o mesmo pode ocorrer agora com a nossa carreira depois das eleições.

A diretoria da APEOESP está atenta e convocará toda a categoria a mobilizar-se, caso isso venha a ocorrer. Desde já, é fundamental a presença de todos na assembleia do dia 15 de agosto para organizarmos a nossa luta.

Uma webconferência sobre o memorial do professor e sobre os novos procedimentos para a evolução funcional pela via não acadêmica será realizada brevemente, em data a ser definida. O critério de participação é o mesmo das anteriores, ou seja, o/a diretor/a, onde houver, e dois representantes por subsede.

c) Nova reestruturação das escolas

O CER decidiu também que a APEOESP deve combater uma nova reestruturação das escolas estaduais que já começa a ocorrer na cidade de Bauru e que poderá ser estendida para todo o estado.

Trata-se da subdivisão de grandes escolas em unidades menores, fragmentando a rede e a equipe de professores e funcionários.

É importante que os representantes discutam a questão e informem a Sede Central se o fato está ocorrendo na região. Informar à Presidência pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br.

d) Secretaria Escolar Digital

Em que pese reiteradas afirmações do Secretário da Educação de que o Programa Secretaria Escolar Digital está em fase experimental e de que nenhum professor está obrigado a desenvolver as tarefas ali colocadas, dirigentes de ensino e diretores continuam impondo essas tarefas, inclusive por meio de assédio moral.

A APEOESP já tomou posição pública contra esse tipo de procedimento, levando-a ao Secretário da Educação e cobrando que emitisse orientação por escrito para que fossem cessadas as pressões.

Nossa posição é a de que o professor não é obrigado a digitalizar suas anotações, cabendo á unidade escolar providenciar este trabalho.

Finalmente, a SEE emitiu o comunicado abaixo, para os dirigentes, esclarecendo o estágio atual do projeto.

A APEOESP não se opõe à modernização dos procedimentos nas escolas e no sistema de ensino. Entretanto, isto não pode ser feito à custa da sobrecarga de trabalho dos professores, da realização de trabalho duplo e da utilização de seus próprios equipamentos, fora do horário de trabalho.

Por isso, sem a implantação da jornada do piso e sem condições estruturais nas escolas, não tem Secretaria Escolar Digital.

Comunicado Conjunto CGECIMA

Prezados Dirigentes

Solicitamos que comunique à equipe de Supervisão, CIE e Unidades Escolares que, o lançamento de notas e frequência no segundo bimestre, deverão ser digitadas diretamente no Sistema Secretaria Escolar Digital.

Operacionalização:

1.O GOE ou seu representante deverá obrigatoriamente inserir os dados no respectivo sistema

2.Informamos que a digitação por parte dos professores, neste momento é opcional.

3.A digitação no SAF não será mais necessária

4.O prazo final de digitação deve ser 15 dias posterior ao conselho de classe.

CIMA – Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

DETEC – Departamento de Tecnologia de Sistema e Inclusão Digital

CGEB – Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

DGREM – Departamento de Planejamento e Gestão de Rede escolar e Matrícula

Publicado em 10/07/2014

e) Ensino em tempo integral

O Secretário da Educação afirmou, em diversos momentos, que a Escola de Tempo Integral é implementada na rede estadual de ensino por adesão das comunidades escolares. Não é o que vemos acontecer em diversas regiões. É muito comum que dirigentes e diretores imponham o projeto, não convoquem adequadamente as reuniões do Conselho de Escola, não façam consultas à comunidade escolar ou, simplesmente, não respeitem a vontade da maioria.

A APEOESP é contra o projeto de Escola de Tempo Integral da maneira concebida pela SEE. Para nós, não basta a ampliação do tempo escolar, é preciso que haja um projeto de educação integrada, com um projeto político-pedagógico, currículo e organização dos tempos e espaços escolares que correspondam à necessidade de formação integral dos alunos, articulando ensino-cultura-esporte-tecnologia-atividades diversificadas integradas à organização curricular.

É preciso que continuemos a denunciar à sociedade a imposição das escolas de tempo integral. Para tanto, as subsedes devem manter a diretoria da APEOESP informada a respeito, pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br, comunicando todas as ocorrências neste sentido.

A APEOESP vai cobrar do Secretário que faça valer sua própria diretriz e que não haja imposição da Escola de Tempo Integral.

f) Ensino noturno

O governo vem fechando classes do período noturno, sem que sejam oferecidas alternativas a alunos e professores.

O aluno trabalhador necessita do ensino noturno, não por escolha, mas por imposição de sua realidade. Um dos problemas é que a SEE só considera trabalhador

alunos com carteira assinada, o que exclui milhares de jovens que trabalham, mas não possuem registro. Outro problema é que decisão de fechar classes muitas vezes parte do dirigente regional, sem que tenha sido aferida a demanda. Em muitos casos, o dirigente simplesmente proíbe que solicitações de vagas sejam registradas nas escolas.

Por outro lado, a situação ideal é que alunos do ensino médio, que tenham uma razão de força maior para estudar no noturno, freqüentem aulas no diurno. O problema é que as vagas são escassas e em muitas regiões as famílias ficam sem alternativa.

É preciso que os representantes discutam essa questão, tomando posição e, sobretudo, informando à diretoria as situações existentes, como fechamento de classes, falta de vagas no noturno, fechamento de escolas e outras. As informações devem ser enviadas para presiden@apeoesp.org.br.

g) Categoria O

A APEOESP, como é sabido, não concorda com a forma de contratação de professores temporários como categoria O. É injusta e praticamente escravagista, com escassos direitos para o professor.

Queremos uma nova forma de contratação, que assegure dignidade e direitos aos professores e que seja amplamente discutida na rede estadual de ensino e com o Sindicato.

Transitoriamente, queremos que os professores da categoria O tenham os mesmos direitos da categoria F, até que possam ser aprovados em concurso. Queremos também o fim da prova seletiva. Imediatamente, que todos os professores já aprovados em concurso público sejam considerados aptos para atribuição de aulas. Também queremos o fim de qualquer período de afastamento de professores da rede de ensino entre um contrato e outro. De imediato, que seja extinto o afastamento de 200 dias ("duzentena") para todos os professores.

A SEE já informou que não haverá prova para seleção de categoria O neste ano, tendo em vista que há professores da categoria O concursados suficientes para suprir a demanda. Quanto à "duzentena", afirmou que há minuta de projeto de lei a ser encaminhado à Alesp.

IAMSPE

Está em fase final de elaboração minuta de projeto de lei que garante o direito ao IAMSPE para os professores da categoria O, conforme processo de diálogo que vem sendo realizado entre a APEOESP e o Superintendente do IAMSPE.

Pela proposta, o professor adere voluntariamente ao IAMSPE e permanece pelo tempo em que contribuir. Não poderá se desligar durante o primeiro ano. A APEOESP está em tratativas para reduzir o valor fixo a ser pago pelos professores da categoria. A proposta do IAMSPE é de um valor que corresponde a cerca de 70% da média de contribuição dos demais professores. Queremos reduzir este percentual a pouco mais de 50%.

Para nós, a questão do IAMSPE vai, naturalmente, além do direito de ingresso dos professores da categoria O. É preciso assegurar que este ingresso não signifique nenhum prejuízo à qualidade do atendimento médico. Ao contrário, a luta por atendimento médico de qualidade ao professor é uma das lutas permanentes da APEOESP.

h) Governo diz que aposentadorias serão agilizadas

A APEOESP tem mantido pressão constante sobre o governo para que sejam agilizados os processos de aposentadorias que estão parados em organismos da SEE ou na SPPREV, prejudicando milhares de professores.

Como resposta, o governo informou que foi montada força-tarefa para liberar cerca de 6 mil processos parados. O procedimento a ser adotado é publicar todas as aposentadorias que tenham cumprido os requisitos, mesmo que necessitem ainda de algum ajuste.

Estamos de olho e vamos cobrar.

Processos de aposentadoria com demora excessiva devem

continuar a ser comunicados para presiden@apeoesp.org.br.

i) V Conferência de Mulheres da APEOESP

De acordo com deliberação do CER, a APEOESP realizará sua V Conferência Estadual de Mulheres na segunda semana de setembro. Mais informações serão encaminhadas oportunamente.

j) Escolas sem serviço de limpeza

O Estado demonstra sua incompetência até mesmo nas tarefas mais básicas, como a limpeza nas escolas estaduais.

Problemas de gestão e no pagamento das empresas terceirizadas tem provocado problemas na limpeza de diversas escolas, como, por exemplo, em Bauru e Diadema.

Todos os casos de interrupção ou falta de limpeza e outros serviços básicos nas escolas devem ser informados para presiden@apeoesp.org.br, para que possamos cobrar providências da SEE e outros órgãos do Governo.

k) Perícias médicas

Os professores continuam a ser reprovados em perícias, tanto para concurso quanto para licenças médicas e prosseguimento de readaptação.

O assunto já foi tratado com o Secretário de Educação, que alegou que há critérios que fogem de sua governabilidade. Ficou, entretanto, de conversar com médicos que trabalham nos pólos das diretorias.

O tema está afeto à Secretaria de Gestão. A APEOESP solicitou reunião com o Secretário. Estamos pressionando para que seja agendada o mais rapidamente possível.

II. Conjuntura

Reforma Política

A reforma política, se instituída, criando-se mecanismos exclusivos de financiamento público das campanhas eleitorais, permitirá alterar a composição das casas de leis no Brasil (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional), podendo reequilibrar a correlação de forças nessas casas e permitir a aprovação de leis que estejam de acordo com as necessidades da maioria da sociedade brasileira.

Por outro lado, é preciso defender e aprofundar a democracia, com mais canais de participação popular, para que o país possa oferecer mais possibilidades de formar nossos estudantes e potencializar a criatividade da juventude em prol do desenvolvimento sustentável, que permita aos brasileiros produzir e usufruir daquilo que produz. Um desenvolvimento com distribuição de riquezas, que respeite, preserve e promova as diversidades e culturas regionais, permitindo às populações melhor qualidade de vida em suas próprias regiões, sem agravar os problemas metropolitanos. Neste processo, a sociedade civil organizada, em especial o movimento sindical e popular, deve ter voz e participar das decisões, não apenas em momentos de crise.

Por isso, a APEOESP participa do comitê organizador do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, que se realizará de 01 a 07 de setembro em todo o país.

Vamos nos empenhar com força total nesta tarefa, assim como a APEOESP, no estado de São Paulo, foi decisiva para o sucesso do plebiscito contra a ALCA, realizado em 2002, que impediu que fosse implantada a área de livre comércio sob o domínio dos Estados Unidos.

Mais de dez milhões de pessoas participaram no Brasil inteiro. Vamos de novo fazer a diferença.

Todas as subsedes da APEOESP devem constituir-se em comitês. Encaminhamos em anexo, proposta de panfleto que deverá ser reproduzido para distribuição na região.

III. Informes

CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou, no período de 28 a 31 de julho, a sua 14ª Plenária Nacional com o tema "Organizar, Lutar e Avançar nas Conquistas".

Além de deliberar sobre alterações estatutárias, estratégias de luta e ações para o próximo período, a Plenária também foi um espaço de análise da conjuntura nacional e internacional, incluindo um ato realizado em solidariedade ao povo palestino.

Na quinta-feira, dia 31, a Central promoveu o lançamento da Plataforma CUT da Classe Trabalhadora. No mesmo dia, pela manhã, aconteceu um ato com os movimentos sociais sobre o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e sobre a Campanha pela Mídia Democrática.

De acordo com o Estatuto da CUT, a Plenária Nacional é uma instância de decisão da entidade que reúne delegados e delegadas das entidades sindicais CUTistas orgânicas e filiadas. A APEOESP esteve presente com 18 delegados.

Um dos objetivos da Plenária é garantir a aplicação da linha política e do plano de lutas aprovado pelos congressos regional, estadual e nacional, respectivamente, bem como aprovar políticas específicas no período compreendido entre um congresso e outro.

CNTE

Neste segundo semestre de 2014, paralelamente às eleições gerais, a CNTE estará envolvida num profundo debate sobre a regulamentação dos principais pontos aprovados no Plano Nacional de Educação, em especial sobre a equiparação da remuneração média do magistério com outras categorias de mesmo nível de escolaridade (meta 17), sobre as diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação com piso do art. 206, VIII da Constituição (meta 18), sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno Qualidade e das verbas dos royalties do petróleo para a educação pública, entre outros temas.

Nos dias 22 a 24 de agosto, a Confederação vai reunir em Brasília representantes jovens das 48 etidades filiadas para discutir o papel da juventude na militância sindical e na educação brasileira. A proposta é trazer cerca de 50 educadores de até 35 anos, de todo o Brasil, para tratar da criação de novos Coletivos da Juventude, espaço que permite o debate sobre políticas específicas para essa parcela da categoria. No encontro, haverá exposição e troca de experiências com entidades que já têm coletivos organizados sobre o tema, como é o caso de SP, PE, PR e MT.

Aposentados

1ª Conferência Estadual de Professores e Professoras Aposentados

Fortalecer a Organização dos Aposentados na Apeoesp

Hotel Braston - São Paulo, dias 27 e 28 de agosto 2014

Inscrições até 19 de agosto, no site da Apeoesp (www.apeoesp.org.br)

Atenção!

Subsedes que ainda não elegeram seus delegados, que o façam na reunião de RE deste dia 7, levando em conta o critério

estabelecido na tabela que consta neste boletim. Não esquecer a eleição de delegados suplentes, em igual número aos titulares.

Coletivo de Aposentados

Os membros do Coletivo Estadual de Aposentados são delegados natos à conferência, portanto, não devem fazer inscrições, apenas confirmar a presença junto à Secretaria de Aposentados, para que sejam providenciados credenciamento e hospedagem.

Reembolso

Haverá reembolso de transporte para as delegações de subsedes. As hospedagens terão check in às 14h do dia 26 e saída dia 28 de agosto.

Mais informações, na Secretaria para Assuntos de Aposentados.

Conselho Fiscal

Orientamos as subsedes que, durante a Reunião de Representante, elejam seu Conselho Fiscal, sob o risco de ficarem sem receber o repasse. O Conselho Fiscal regional deverá ser composto por cinco conselheiros efetivos e cinco suplentes. Os nomes dos eleitos deverão ser encaminhados à Secretaria de Finanças da Sede Central.

Readmissão dos metroviários

Conforme aprovado na reunião do Conselho Estadual de Representantes, encaminhamos em anexo abaixo-assinado solicitando a readmissão dos 42 metroviários que foram demitidos durante o movimento grevista realizado em junho de 2014. Orientamos às subsedes que coletem assinaturas, enviando-os à Sede Central, a/c Presidência.

Contra a criminalização dos movimentos sociais

Moção de Repúdio

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP vem a público manifestar o repúdio dos professores das redes públicas de ensino do Estado de São Paulo pela forma como poderes constituídos tem buscado criminalizar os movimentos sociais, inclusive as mobilizações do nosso Sindicato.

O direito à livre organização, reunião e expressão é uma garantia constitucional, Governos e órgãos do Ministério Público enquadram as mobilizações em categorias jurídicas, como formação de quadrilha, nem sempre apresentando provas e evidências suficientes para tanto. Da mesma forma, como no nosso caso, aplicam pesadas multas em razão de manifestações realizadas em vias públicas, quando o mesmo tratamento não é aplicado a diversas outras manifestações. Pelo contrário, os próprios órgãos públicos organizam e/ou apoiam atividades nos mesmos locais. A intenção é clara: inviabilizar financeiramente entidades que, como a APEOESP, incomodam o poder estabelecido.

Defendemos, sim, o Estado Democrático de Direito e cremos que a vida em sociedade deve ser regida por leis e regulamentos e que a autoridade precisa ser respeitada. Entretanto, nos insurgimos contra o autoritarismo e medidas tomadas ao arrepio da lei. A todos deve ser garantido o amplo direito à defesa, cabendo ao acusador o ônus da prova.

São Paulo, 26 de julho de 2014

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Contra o genocídio na Palestina

Moção de Repúdio

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP, representando as professoras e os professores das redes oficiais de ensino do Estado de São Paulo, não poderia se calar diante da escalada bélica do Estado de Israel sobre a população palestina na Faixa de Gaza.

Nenhuma razão política, territorial, religiosa, ideológica ou militar pode justificar o massacre de crianças, homens e mulheres, jovens e idosos que vem sendo praticado pelo governo israelense. Trata-se, na verdade, de um verdadeiro genocídio, demonstrado pelas imagens de pessoas barbaramente assassinadas nas ruas e nas casas por bombas de fósforo, fragmentação e armas de alto poder de destruição. Hospitais, escolas e instalações da ONU na região são atacadas diariamente.

Somamos nossa voz às de todos que clamam pelo fim do massacre.

Exigimos que a ONU e demais organismos representativos da comunidade internacional tomem imediatas medidas para que isto ocorra e apoiamos a posição brasileira de condenação à ação de Israel.

Todo o apoio ao povo palestino!

São Paulo, 26 de julho de 2014
Maria Izabel Azevedo Noronha

Estado quer asfixiar a APEOESP. Não nos intimidarão.

A APEOESP é uma das entidades sindicais que mais realiza enfrentamento com os projetos governamentais que prejudicam os professores e a educação pública no Estado de São Paulo. Por razões óbvias, nossas mobilizações estão voltadas particularmente para pressionar o Governo Estadual em defesa das necessidades, direitos e reivindicações da nossa categoria.

Direito constitucional

O direito de organização e manifestação é assegurado no Título II, Capítulo I, artigo 5º da Constituição Federal. Nós, da APEOESP, não nos furtamos em utilizar essa prerrogativa constitucional, convocando professores e professoras a expressarem nas praças públicas e nas ruas as denúncias sobre a situação da escola pública e nossas propostas/reivindicações para transformar essa situação.

Muitas outras manifestações, shows e festividades ocorrem nas vias públicas na cidade de São Paulo, muitas delas organizadas, patrocinadas e toleradas pelo poder público. No entanto, quando se trata de manifestações dos movimentos sociais, particularmente da APEOESP, autoridades se acham no direito de desrespeitar a Constituição, processando os organizadores e infligindo-lhes pesadas multas.

Multas milionárias contra a APEOESP

Isto vem ocorrendo com o nosso Sindicato por manifestações realizadas ainda durante a gestão do ex-Presidente Carlos Ramiro de Castro. Uma dessas ações, que já transitou em julgado e em relação à qual tomamos todas as medidas judiciais e políticas possíveis, resultou em uma multa de R$ 10 milhões, posteriormente reduzida para mais de R$ 3,5 milhões, quantia esta que deve ser paga pela entidade. Para tanto, a APEOESP está com bens embargados e aguarda o parcelamento da multa em prazo que torne possível este pagamento. Há pelo menos mais uma ação em curso, também movida pelo Ministério Público e órgãos da Prefeitura, na gestão anterior à atual, cuja multa pretendida também é pesadíssima.

Defender a APEOESP

Consideramos importante que todos os diretores, conselheiros, representantes de escolas, representantes de aposentados e professores em geral tomem conhecimento dessas medidas abusivas que o Estado, sobretudo o Poder Judiciário, tem tomado contra a nossa entidade. No aspecto financeiro, todos podem imaginar o enorme impacto que o pagamento dessa multa terá sobre o sindicato. Mas também no que se refere ao nosso direito de organização e manifestação estamos sendo profundamente atingidos.

Não nos intimidaremos. Não serão medidas como essa que nos farão deixar de cumprir a missão para a qual a APEOESP foi criada, qual seja, defender de forma intransigente a nossa categoria e a educação pública. Esta defesa não está condicionada aos meios materiais, embora eles sejam fundamentais para que possamos cumprir com mais eficiência a nossa tarefa. Fomos eleitos pela categoria para cumprir um mandato e os cumpriremos integralmente.

No nosso entendimento, cabe a todo associado da APEOESP defender a entidade e lutar junto com ela para que atinja seus objetivos. Unidos somos fortes e podemos conquistar muitas vitórias.